

DO PERFUME DE ROSAS À PLANTA AROMÁTICA DO AÇAFRÃO NO INDEX E NAS ENARRATIONES DE AMATO LUSITANO: APLICAÇÕES TERAPÊUTICAS¹

ANTÓNIO MARIA MARTINS MELO*

Universidade Católica Portuguesa

Resumo. Na Bracara Augusta, a arqueologia trouxe à luz do dia alguns unguentários; uns quatro séculos antes, Plínio-o-Antigo já dava notícia de remédios romanos, feitos a partir de rosas, guardados em recipientes de vidro. Este é o ponto de partida para uma aproximação à confecção e às aplicações terapêuticas do perfume de rosas na Antiguidade, numa tradição literária que se estende desde Dioscórides, passando por Galeno e Plínio, até ao autor renascentista português, Amato Lusitano. São as fontes romanas que nos levarão, inclusive, a surpreender a sua utilização na cozinha. De uso culinário, mas também terapêutico, é o açafrão, a entrada número 25 do Livro I das *Enarrationes* do médico escalabitano. A incursão por estes tempos servirá ainda para partilhar um ou outro aspecto autobiográfico deste português da diáspora, bem como referências intratextuais que nos remetem para uma época em que, verdadeiramente, se pode dizer que fervilhavam as descobertas, nomeadamente no campo da botânica. Deste modo, assiste-se a um grande desenvolvimento da medicina na área terapêutica, a partir de processos naturalistas, como sejam o uso de plantas e de frutos.

Palavras-chave. Amato Lusitano; Dioscórides; Humanismo; cristãos-novos; plantas aromáticas.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v0i16p18-34

* Professor Auxiliar de Literatura Latina na Universidade Católica Portuguesa. Doutor em Humanidades.

** Artigo recebido em 17.out.2014 e aceito para publicação em 12.jan.2015.

¹ Texto de uma comunicação apresentada no âmbito do Colóquio *Humanismo e Medicina*, na Universidade da Madeira – Portugal, de 16 a 17 de Maio de 2013, um evento que teve como promotores o Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, o Centro de Estudos Clássicos e o Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projecto 3 Matrizes Clássicas – da Antiguidade à Modernidade, da Linha de Investigação Estudos Literários e Culturais, no âmbito do PEst-OE/FIL/UI0683/2011, projeto estratégico do CEFH, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e do projecto de investigação “Dioscórides e o Humanismo Português: os comentários de Amato Lusitano”, do Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no quadro do Projecto FCOMP-01-0124-FEDER-009102 (<http://amatolusitano.web.ua.pt>).

HÁ UM ANO ATRÁS, NO MÊS DE JULHO, DE PASSAGEM PELA LUSA ATENAS, SURPREENDEU-NOS um manto gigante, suspenso da varanda do Museu Nacional de Machado de Castro e voltado para o Convento de Santa Clara-a-Nova, que exibia um número incontável de rosas. Vencida a distância, logo a interrogação se desvaneceu: eram quatrocentas rosas, tricotadas com fios de lã, a evocar o singular “Milagre das Rosas” da rainha Santa Isabel: “São rosas, Senhor!”, terá respondido à pergunta inquiridora do Rei que, desconfiado, lhe atira ironicamente: “Rosas, em Janeiro!?”. E as moedas, ou os pães, aos pobres destinados, logo em rosas se haviam de transformar!...

D. Dinis (1261–1325), um monarca reconhecido pela sua protecção às artes e às letras, fundador do primeiro Estudo Geral, em Lisboa, mais tarde reconhecido pelo Papa Nicolau IV com estatuto de Universidade, no longínquo ano de 1290, mas também afamado poeta e trovador, cantado por Fernando Pessoa na *Mensagem*, no poema “D. Dinis”, pensamos nós que há-de ter rematado esta cena desconcertante com um natural pedido de desculpas, inebrio, quem sabe, pelo perfume das rosas, ou talvez não:

Respira – n’aura que entre as flores gira
 Celeste – incenso de perfume agreste.
 Sei... não sinto: minha alma não aspira,
 Não percebe, não toma
 Senão o doce aroma
 Que vem de ti – de ti!

São versos que celebram o amor e nos abrem as portas para uma nova época da Literatura Portuguesa: o Romantismo; são versos, cujo ritmo tradicional nos pode fazer recordar a poesia trovadoresca, e o tema, as *Cantigas de Amor* de El-Rei D. Dinis. Celebram eles o sentido do olfacto, através dos verbos “respirar”, “sentir”, “aspirar”, “tomar”, mas também através dos substantivos “aura”, “perfume” e “aroma”, e dos adjectivos “celeste” e “agreste”. Em suma, celebram o perfume de uma Rosa! E como ao olfacto lhe junta os outros sentidos neste seu poema da colectânea *Folhas Caídas*, sugestivamente, Almeida Garrett o havia de coroar com o título de *Os cinco sentidos*. Bem sabemos que deste poeta natural do Porto, da sua fase romântica, outros cantos ali celebram esta flor, a Rosa, expressão de uma paixão violenta, de um lirismo intimista, que lhe havia de consumir os seus últimos anos: “Perfume da Rosa”, “Rosa sem espinhos”, “Rosa pálida”, “Rosa e lírio”.

De suas fragrâncias, delas e de outras flores, saudosos ficam os nossos sentidos que ainda respiram o ténue aroma que perdura nas ruas desta cidade, passada que foi a Festa da Flor. Curiosamente, numa terra que parece ostentar o maior *rosarium* de Portugal, a acreditar na informação da página, na *web*, d’A Quinta do Arco, uma estância turística aqui do Funchal.

DA MUNDIVIDÊNCIA RENASCENTISTA

Tal como esta temática da paixão amorosa a ecoar nos sentidos emprestam a estes versos românticos de Almeida Garrett uma novidade absoluta para a sua época, emancipando-se de modelos petrarquistas, assim também o homem de quinhentos sentiu um renovado interesse pelo admirável Mundo Novo que até nós fazia chegar a notícia de novas espécies, na fauna e na flora, de novos minerais e de climas diferentes. E nesta cosmovisão renovada se vai afirmando paulatinamente uma concepção de *humanitas* de pendor mais universalista, pois a realização da humanidade conhecia agora, inesperadamente, novas raças em lugares tão distintos, um Homem diferente, mas agora sem referência à sua origem social. Decididamente, o Homem transformava-se no centro do universo, na esteira do pensamento do humanista italiano Pico della Mirandola (*De homininis dignitate*, 1496), em oposição ao paradigma antropológico da Idade Média.

Nas viagens, cada vez mais longas, num tempo que se abre pela primeira vez à globalização, e nos contactos com outros povos, a experiência da doença, em contextos tão distantes da pátria, havia de favorecer uma nova atitude, marcada pela necessidade de devolver rapidamente a saúde às pessoas. E foi o combate imperativo da doença que obrigou a uma renovada atenção às novas plantas, animais e minerais e, conseqüentemente, à experimentação e observação dos resultados das novas aplicações terapêuticas daqui resultantes, com o seu registo efectivo. Para as novas doenças, em terras estranhas, aí mesmo se haviam-de encontrar as mezinhas capazes de as combater, como diz Garcia de Orta no *Colóquio 13* sobre o cardamomo:

... porque cada dia ha enfermidades nouas, asi como ho morbo Napolitano (a q(eu) chamamos sarna de Castela) e Deos he tam misericordioso que em cada terra nos deu meezinhas pera saranos: porq(ue) elle que daa ha enfermidade, daa ha meezinha p(ar)a ella, se nã como diz Temistio, ho nosso saber he a mais peq(eu)na parte do que ignoramos. E porque nam sabemos as meezinhas cõ que curamos todas, trazemos o ruibarbo da China, donde trazemos o pao ou raizes pera curar a sarna de castela...

Como se sabe, o naturalista e médico português só escreveria os *Colóquios dos simples e drogas he cousas medicinais da India* trinta anos após a sua chegada à Índia, como físico, isto é, em 1563, na cidade de Goa, dando conta, como se pode inferir deste passo transcrito, de algumas doenças exóticas e métodos terapêuticos até então desconhecidos da Europa.

Neste contexto em que a saúde ganhava uma crescente valorização, beneficiando da descoberta de novas terapêuticas a partir dos simples medicinais, isto é, das plantas, animais e minerais do Novo Mundo, verifica-se que o conhecimento da matéria médica não era um saber exclusivo dos

médicos, das classes intelectuais ou de uma elite social, ele era transversal à sociedade, como teve oportunidade de expor o ilustre académico espanhol Jose Pardo-Tomás (Institución Milán y Fontanals e CSIC), na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no pretérito dia 17 de Abril do ano corrente, no âmbito do Ciclo de Conferências 360°. *Ciência Descoberta*, em conferência intitulada “La materia medicinal: invenciones ibéricas en torno a la flora y la fauna exóticas”, e que tivemos oportunidade de rever no portal desta fundação. Apontou este investigador, como prova explícita, um passo da primeira parte do célebre romance de Miguel de Cervantes, editado em 1605, *El ingenioso hidalgo D. Quijote de la Mancha*, e que aqui se transcreve a partir da segunda tradução feita para português, em 1876, pelo Visconde de Castilho e pelo Visconde de Azevedo. Veja-se a resposta dada pelo fiel escudeiro Sancho Pança ao seu amo, o cavaleiro D. Quixote, quase a terminar o décimo capítulo do Segundo Livro:

– Eu não te digo, Sancho – replicou D. Quixote –, que seja forçoso aos cavaleiros andantes não comer outras coisas senão essas frutas secas que dizes; afirmo só que o seu passadio mais ordinário devia ser delas, e de algumas ervas que achavam pelos campos, que eles conheciam, e que eu também conheço.

– Bom é – respondeu Sancho – conhecer essas ervas que, segundo eu vou examinando, algum dia será necessário usar desse conhecimento.

AMATO LUSITANO: O INDEX E AS ENARRATIONES

Dez anos antes de *Os Colóquios* de Garcia d’Orta, cuja celebridade muito fica a dever-se ao médico e botânico flamengo Carlos Clúsio, que fez a sua tradução para a língua latina – a publicação do epitome data de 1567, em Antuérpia –, a língua universal usada na redacção dos tratados científicos nesta época, e cuja tradição se estendeu até ao século XVIII, como se sabe, vêm a lume as *Enarrationes* (1553) do médico albicastrense Amato Lusitano, na cidade italiana de Veneza, que são um comentário à obra de Dioscórides sobre matéria médica.

Trata-se de uma publicação que se integra no movimento humanista que, em Portugal, acontece, sobretudo, a partir do momento em que se assiste à migração de estudantes portugueses, mobilidade estudantil, diríamos hoje, em demanda dos principais centros universitários de Espanha e de Itália, a partir do último quartel do século XV (André 2013, 39). Foi a sede de cultura, do saber que atirou estes jovens portugueses para a aventura da viagem, um fenómeno que se inicia com D. João II e ganhou especial

expressão com os reis D. Manuel e D. João III, jovens esses que a história da cultura designou por “bolseiros dEl-Rei” (André 2013, 21).

Por isso, com naturalidade Amato Lusitano, isto é, João Rodrigues de Castelo Branco, de seu nome de baptismo, nascido nesta cidade da Beira Baixa em 1511, vai prosseguir os seus estudos em Salamanca, atraído pela sua fama e proximidade, mas também pelo ambiente que ali se vivia, pois aqui, entre os numerosos estudantes portugueses, havia um grupo significativo de cristãos-novos; todos eles muito haviam de contribuir para a renovação do movimento humanista português, com especial enfoque para o excepcional grupo de escolares de ascendência hebraica, com percursos individuais brilhantes, quer em Portugal, quer na diáspora sefardita: Amato Lusitano, António Luís, Diogo Pires, Duarte Gomes, Luís Nunes de Santarém, Manuel Lindo, Manuel Reinel (Andrade 2007) e Tomás Rodrigues da Veiga (Andrade 2011, 93). Daí a feição cosmopolita do humanismo português, um humanismo de expatriados e de estrangeirados (André 2013, 38), numa Europa sem fronteiras, em que o Latim era a língua do seu quotidiano.

Em 1532, Amato Lusitano conclui a sua formação em Artes e Medicina, no Estudo de Salamanca, e regressa a Portugal, nesse ano, com o seu companheiro Duarte Gomes (Andrade 2011, 92-4). Entre nós, vai entregar-se ao exercício da clínica e, no âmbito desta actividade, parece ter calcorreado algumas regiões, nomeadamente as Beiras, o Ribatejo e a Extremadura, as quais se transformaram numa ocasião propícia para estudar e aprofundar os seus conhecimentos acerca da fauna, da flora e dos minerais. Em Lisboa, na casa da Índia, aproveita para examinar os simples e as drogas que ali *aportavam*, provenientes da Índia e do Brasil (Gouveia 1985, 7).

Com efeito, os descobrimentos portugueses favoreceram o desenvolvimento da ciência e a afirmação de um novo espírito, de natureza científica, que tanto havia de beneficiar com a valorização crescente do experimentalismo como critério de verdade, numa atitude que tantas vezes contrariava a *auctoritas* dos Antigos e que ganhava expressão, entre nós, com Pedro Nunes, famoso cosmógrafo, D. João de Castro ou Garcia da Orta, na primeira metade do século XVI (Almeida 1998). Uma mentalidade na esteira de Duarte Pacheco Pereira que, logo no início deste século, nas páginas do *Esmeraldo de Situ Orbis*, havia de insistentemente sublinhar o valor da experiência humana, como nesta passagem do capítulo segundo, do primeiro livro, que se há-de repetir de diversas maneiras, conforme transcrição feita a partir do manuscrito 888, fólio 6r, disponibilizado pela Biblioteca Nacional, nas coleções digitalizadas: “... e alem do que dito he ha expiriencia que he madre das cousas nos desengane e de toda duuida nos tira...”.

Dois anos após o regresso de Amato Lusitano à sua pátria, começam a adensar-se as nuvens ameaçadoras de um clima de intolerância religiosa

crescente, agravadas com o estabelecimento próximo do Tribunal do Santo Ofício, por bula do Papa Paulo IV, no reinado de D. João III. É assim que, consciente do futuro sombrio que se avizinhava, o médico albicastrense se vê obrigado a partir para Antuérpia, onde chega em outubro de 1534. Mesmo assim, à sua chegada a este empório comercial dos Países Baixos, acabaria por ser preso pela inquisição, acusado de ser cristão-novo, na observância de disposições legais decretados pelo imperador Carlos V. Em janeiro do ano seguinte, porém, seria ilibado de todas as acusações (Andrade 2010, 22–9). Mas as suas tribulações de judeu português da diáspora não veriam o seu fim com este desfecho. Com efeito, Amato Lusitano, perseguido por motivos religiosos, havia ainda de calcorrear as terras italianas de Ferrara (Andrade 2011a), Ancona e Pesaro (Andrade 2012 e 2013), donde passa à pequena república de Dubrovnik, mais conhecida pela designação italiana de Ragusa.

Fazendo jus ao seu epíteto de humanista, vai escrever as suas reflexões na grande língua de comunicação da sua época, o Latim. Por outro lado, por essa via mais rapidamente granjeou celebridade e respeito entre os seus pares além-fronteiras, tendo mesmo concitado a inveja de outros, como a de Pietro Andrea Mattioli, que não gostou das referências pouco abonatórias acerca da sua pessoa, opiniões essas que Amato Lusitano verteu nos seus comentários à obra de Dioscórides. Por isso, o médico humanista italiano, natural de Siena, e um dos mais importantes comentadores e tradutores da obra de Dioscórides naquela época, respondeu-lhe violentamente com a sua *Apologia adversus Amatum Lusitanum*, de 1558, uma polémica que já foi objecto de aturado estudo (Valderas 2000 e 2003). Este facto apressou a fuga do médico albicastrense, que estava em Dubrovnik, para a sua derradeira morada de exilado no Império Otomano (Andrade 2010, 37), na Grécia, onde a comunidade da diáspora sefardita obteve o apoio de Solimão, o Magnífico, que, a título pessoal, se envolveu nas difíceis negociações com a Cúria Romana (Andrade 2011b, 126).

Da notícia da sua morte, no ano de 1568, em Salonica, nos dá conta o poeta eborense Diogo Pires (1517–1599) (Ramalho 1988, 121–37; André 1983, 16), seu amigo e companheiro de infortúnio (Andrade 2012, 20–27), num epítáfio em quatro dísticos, onde se aponta a peste como a causa próxima da sua morte (Ramalho 1985, 216–7):

AMATI LVSITANI, MEDICI PHYSICI PRAESTANTISSIMI, EPITAPHIVM.
OBIIT FERÉ SEXAGENARIVS PESTILENTIA THESSALONICAE ANNO 1568.

*Qui toties fugientem animam sistebat in aegro
Corpore, Lethaeis aut reuocabat aquis,
Gratus ob id populis et magnis regibós aequae,
Hic lacet, hanc moriens pressit Amatus humum.*

*Lusitana domus, macedum tellure sepulchrum.
 Quam procul a patrio conditur ille solo!
 At cum summa dies, fatalis et appetit hora
 Ad Styga et ad Manes undique prona uia est.*

EPITÁFIO DE AMATO LUSITANO, MÉDICO INCOMPARÁVEL.
 MORREU DE PESTE, QUASE SEXAGENÁRIO, EM SALONICA, NO ANO DE 1568.

Aquele que tantas vezes retinha a vida fugitiva num corpo doente ou voltava a chamá-la das águas do Letes, querido, por isso, igualmente dos povos e dos grandes reis, aqui jaz; esta foi a terra que Amato pisou, ao morrer. Portugal o berço, na terra dos Macedónios o sepulcro. Como se encontra longe do solo pátrio a sepultura! Mas quando o dia supremo e a hora fatal se aproximam, em toda a parte há um caminho em declive para o Estige e para os Manes.

“O óleo perfumado de rosas” (*De unguento sive oleo rosaceo*), que aqui nos ocupa, constitui a entrada número 46 do Livro Primeiro das *Enarrationes*; a entrada anterior ocupa-se precisamente da confecção de óleos perfumados, ou seja, em latim, *De unguentorum confectionibus*.

A confecção do óleo perfumado

Amato, que havia passado em silêncio este assunto no *Index Dioscoridis*, publicado em 1536, em Antuérpia; contudo, nas *Enarrationes* (1563), e num movimento de maior proximidade à obra de Pedânio Dioscórides, vai tratar da distinção entre óleo e óleo perfumado, ou simplesmente perfume, a fim de serem evitados equívocos, como se verá. Diz ele:

Vocat Dioscorides oleum, quod per se ex fructu vel semine, nulla alia admixta re extrahitur: unguentum vero, quod ex oleo componitur, et in eo varia simplicia miscentur. At re vera, olea (si hoc nomen pluraliter flecteretur) quam unguenta appellari merentur.

Dioscórides chama-lhe óleo, porque ele se extrai espontaneamente a partir de um fruto ou de uma semente, sem nenhuma outra substância misturada; com efeito, o perfume (óleo perfumado), compõe-se de óleo, no qual se misturam (substâncias) simples e variadas. Mas na realidade, elas merecem mais ser chamadas óleos (se se declinasse este nome no plural) do que perfumes (óleo perfumados).

Depois da invocação do médico e cirurgião militar grego, autor do *Περὶ ὕλης ἰατρικῆς* (séc. I a.C.), mais conhecido pelo título da sua tradução latina, *De materia medica*, vai introduzir a opinião de Galeno, a partir do seu tratado *Dos poderes dos remédios simples* (2.27), justificada à luz do que acaba de ser dito, pois por isso é que

... cum (quum) de rosaceo oleo loquitur, praestiterit fortassis ipsis etiam nominibus ea distinguere, quod veteres fecisse constat, oleum etenim rosaceum nominare assolent, quod absque odoramentis praeparatum est, cui autem et horum aliquid inditum fuerit, non id etiam oleum, sed unguentum cognominant. Item libro 6 eiusdem voluminis, capite de oleo, prope finem: ex dictis (inquit) cognoscere iam liceat, et de aliis olei generibus, quae aequivoce ipsis dicuntur unguentis, puta rosaceo, melino, liliaceo, et quaecumque id genus floribus, fructibus, germinibus, foliis, in oleo maceratis conficiuntur.

... quando se fala do óleo de rosas, provavelmente terá havido ocasião para os distinguir com os próprios nomes, e consta que os antigos assim procederam; na verdade, estes têm o costume de chamar óleo de rosas àquele óleo que é preparado a partir de odores (aromas), mas a este terá sido dado algum destes nomes, pois eles não o designaram de óleo, mas de perfume (óleo perfumado). Também no livro 6 do mesmo tratado, no capítulo acerca do óleo, quase no fim, diz ele: que seja desde agora permitido conhecer os óleos a partir das designações e de outros géneros de que são equivocadamente designados pelos próprios perfumes (óleos perfumados), por exemplo, por rosáceo, por marmélio, por liláceo; e quaisquer que eles sejam, há um género que é confeccionado com flores, com frutos, com sementes e com folhas maceradas em óleo.

Será de notar que, antes do óleo perfumado, o médico albicastrense se ocupa das várias espécies de óleos, começando pelo azeite, feito a partir de azeitonas: o óleo de zambujeiro, o óleo de rícino, o óleo de amêndoas, o óleo de bolota, o óleo de sésamo, o óleo de noz, o óleo de rábano, o óleo de nigela, o óleo de murta, o óleo de mostarda, o óleo de loureiro, o óleo de lentisco, o óleo de terebinto... E remata o humanista português, continuando a citar Galeno:

Horum quodque ubi una cum (quum) aromatibus praeparantur, unguentum efficitur, nostra vero unguenta, longe aliter hodie, quam tempore Dioscoridis parantur.

Cada um destes torna-se perfume (óleo perfumado), quando se preparam completamente com aromas, mas os nossos perfumes (óleos perfumados) preparam-se hoje de um modo muito diferente do que acontecia no tempo de Dioscórides.

Com efeito, em Dioscórides observa-se que, umas vezes, o perfume corresponde à pura essência, a que se juntou água, como se verifica com o perfume de açafraão e o de mirra; noutras, o perfume resulta da mistura de várias essências ou fragrâncias, utilizando como soluto o óleo, como é exemplo o perfume da canela de Ceilão e o perfume de nardo. O mesmo soluto, pois, que se usa com o perfume (óleo perfumado) ou óleo de rosas, como se verá mais abaixo.

O (óleo perfumado) perfume ou óleo de rosas

Nas *Cartas a Lucílio* (108.4), Séneca recorda uma lição do seu mestre Átalo; dizia ele que discípulo e mestre estavam reciprocamente unidos,

pois se o mestre devia ser útil ao discípulo, era obrigação deste tirar o máximo proveito do convívio com o mestre. Passa, logo de seguida, a elogiar o poder transformador da filosofia, comparando-a ao sol e a uma perfumaria (Séneca 2004, 593):

Qui in solem uenit, licet non in hoc uenerit, colorabitur; qui in unguentaria taberna resederunt et paullo diutius commorati sunt odorem secum loci ferunt; et qui ad philosophum fuerunt traxerint aliquid necesse est quod prodesset etiam neglegentibus. Attende quid dicam: neglegentibus, non repugnantibus.

Quem se põe ao sol, ainda que não seja essa a intenção, acaba por ficar bronzeado; a quem entra numa perfumaria e lá se demora algum tempo, comunica-se-lhe um pouco do cheiro característico do local; do mesmo modo, quem convive, mesmo distraidamente, com um filósofo aprende sempre qualquer coisa de útil. Repara que eu digo “convívio distraído”, e não “hostilidade preconceituosa”.

Séneca ainda nos delicia com a observação de que era o primeiro a chegar à escola e o último a sair!

Este passo do escritor cordovês reflecte a importância dos perfumes no quotidiano de Roma, acabando por contagiar o universo das grandes cidades do Império Romano. Na Bracara Augusta, cidade fundada pelo Imperador César Augusto, no ano 16 a.C., a arqueologia trouxe à luz do dia a existência de uma indústria florescente do vidro, cujo período áureo se poderá situar nos séculos IV/V d.C., e que se integrava num negócio mais alargado da produção de jóias, que hoje se poderia designar por “cluster” (Cruz 2011b, 88; 93). Curiosamente, encontrou-se um reduzido número de unguentários, provenientes principalmente de uma única sepultura da necrópole do Largo Carlos Amarante, em Braga (Cruz 2009, 146):

De facto, o uso do vidro na medicina e cosmética iria muito para além dos pequenos unguentários usados para guardar e transportar unguentos. Poder-se-ia estender a pequenos frascos e boiões para guardar compostos mais sólidos, pequenas taças e pratos para misturar os unguentos e as cânulas para retirar e manusear esses unguentos.

Esta afirmação do investigador universitário está escudada em testemunhos colhidos junto de uma fonte de informação importante na Antiguidade Clássica, Plínio-o-Antigo (23/24–79), autor da monumental *Naturalis Historia*, em 37 livros, de quem cita três passos em latim, com tradução inglesa (Cruz 2009, 145–6), a que nós vamos fazer corresponder a tradução para português, nos dois que elegemos:

Rosa adstringit, refrigerat. Usus eius dividitur in folia et flores, capita. (...) reliqua pars aut oleo aut vino maceratur in sole vasis vitreis. (21.121)

A rosa é de natureza adstringente e é refrigerante. O seu uso (medicinal) é repartido pelas pétalas, pelas flores e pelas cabeças. (...) e o resto é então macerado com óleo ou vinho, em vasos de vidro colocados ao sol.

Aurium dolori et vitiis medentur urina apri in vitreo servata, fel apri suis vel bubulum cum oleo cedrino et rosaceo aequis portionibus... (28.173)

As dores e as doenças dos ouvidos são curadas com urina de javali, mantida num recipiente de vidro, ou o fel de javali, porco ou boi misturado em proporções iguais com óleo de rícino e óleo de rosas...

Numa saudável tentativa de simplificar e normalizar a terminologia usada, o arqueólogo da Universidade do Minho, Mário Cruz (2009, 133), propõe para unguentário a seguinte definição, a que acrescentou a designação, respectivamente, em latim e em espanhol (*Alabastrum; ampulla*): “Recipiente para guardar ou embalar e transportar unguentos, cosméticos ou perfumes. Espécie de pequena garrafa de gargalo alto e estreito”.

Colocando de lado a importância desta notícia no contexto da indústria romana do vidro, desenvolvida no Noroeste Peninsular, aprez-nos registar que, uns quatro séculos antes, Plínio-o-Antigo já dava notícia de remédios romanos, feitos a partir de rosas.

Nesta tradição literária, com raízes no pensamento de Hipócrates, continuado por Teofrasto, cuja obra havia de inspirar Dioscórides, médico naturalista contemporâneo de Plínio-o-Antigo, vem a situar-se, mais tarde, Galeno e, no século XVI, entre outros, o médico humanista português, Amato Lusitano. Diz este acerca das propriedades terapêuticas do óleo de rosas:

Sive enim hoc unguentum rosaceum, sive oleum rosaceum dicatur, longe tamen aliter in officinis nostris ad Mesues mentem praeparatur. Vnguentum vero rosaceum plurimum valet pro inflammationibus arcendis, repercutit enim materiam, sedat dolores, febricitantium capitibus, et eorum renibus, magno iuvamento inungitur, refrigerat arduas febres, hepar, et stomachum.

Quer este se chame (óleo perfumado) perfume de rosas, quer se chame óleo de rosas, todavia ele prepara-se desde há muito tempo nas nossas boticas, segundo o juízo de Mesué. De facto, o (óleo perfumado) perfume de rosas é muitíssimo eficaz contra as inflamações repelentes, pois faz saltar a matéria, faz cessar as dores na cabeça dos que têm febre e nos seus rins, untando-os para grande alívio, é refrigerante para as febres ardentes, para o fígado e para o estômago.

Numa primeira verificação, as propriedades terapêuticas do óleo de rosas, apontadas por Amato, omitem a referência às dores e doenças dos ouvidos, acima referidas por Plínio-o-Antigo.

Em diálogo com a tradição histórica, vai trazer à colação, de seguida, o testemunho de Dioscórides, para nos dar conta da fórmula da composição deste óleo de rosas, com propriedades medicinais, que há muito se prepara nas boticas, segundo a opinião de um contemporâneo, Mesué:

Oleum vero rosaceum, absolute rosaceum, sive completum dictum, et cum additione immaturum sive omphacium paratur ubique, nec enim communem modum parandi Dioscorides

praeterivit, cum dicat, quidam solas rosas tantum detractis unguibus insolatas pondere unciarum sex in olei sextarium demergunt, demissasque; in eo diebus octo madere sinunt, mox quadraginta diebus tertia rosarum adiectione insolatas sic reponunt, et servant.

Na verdade, o óleo de rosas, ou simplesmente “rosáceo”, quer se considere natural, quer se prepare por toda a parte com a junção do imaturo onfacino, a verdade é que a forma habitual de o preparar não foi omitida por Dioscórides, quando escreve assim: alguns, somente depois de retirada a parte inferior das pétalas das rosas as mergulham, isoladas e secas ao sol, em óleo, numa proporção de seis onças² para um sextário³ de óleo e deixam-nas ficar mergulhadas nele durante oito dias; numa terceira junção de rosas, depois de quarenta dias, põem-nas de novo a secar ao sol e guardam o óleo.

Logo de seguida, o de Galeno, a partir do seu tratado *Dos poderes dos remédios simples*:

De hoc vero rosaceo oleo locutus est Galenus 2 libro de Facultatibus simplicium medicamentorum capite 27 cum dicat; oleum rosaceum easdem vel similes vires obtinet, quas succus rosarum. Omphacium autem oleum rosaceum ex nodum completis rosis, et oleo ex oleis nondum maturis extracto conficitur, non solum ad Solem, sed etiam in balneo Mariae: hoc enim frigidius est, quam absolute rosaceum dictum: vulneribus enim capitis accomodatissimum est, et prohibens inflammationes.

Galeno refere-se a este óleo rosáceo, no livro 2 *Dos poderes dos remédios simples* (27), quando fala assim: o óleo de rosas possui as mesmas ou semelhante propriedades que tem a seiva das rosas; mas o onfacino é um óleo de rosas que se prepara a partir de rosas ainda não maduras e com óleo extraído de óleos que ainda não chegaram ao seu termo, não só em relação ao Sol, mas também em relação ao banho-maria: na verdade, este é mais fresco do que o óleo designado somente pela palavra “rosáceo”; e por isso é o mais apropriado para as dores da cabeça e para a cura das inflamações.

Entre a edição do *Index* (1536) e das *Enarrationes* (1553) situa-se um período de tempo razoável, cerca de dezassete anos, durante o qual se assiste a um renovado interesse pelo estudo dos simples, para os quais muito concorre o conhecimento da botânica, dos animais e dos minerais, com propriedades medicinais, tendo por principal fonte de estudo o *De matéria medica* do clássico Pedânio Dioscórides.

Diz Amato Lusitano, no *Index*, “Philologia 45”:

Ῥόδιον ἔλαιον, oleum rosarum quod extra officinas vulgus etiam conficit rosis oleo in sole maceratis et in vitro repositis nec nobis in praesenti animus est haec maioribus explicare verbis cum quolibet suo loco demonstrabitur.

² Peso antigo correspondente a 28,691 gramas; entre os romanos, corresponde à duodécima parte da libra.

³ Aproximadamente meio litro. Com efeito, o sextário corresponde à sexta parte do côngio; esta medida romana é equivalente a três litros. No mundo grego, o sextário correspondia a duas heminas, que valiam aproximadamente 28 centilitros.

Róðinon élaion é o óleo de rosas, que, fora das boticas, o povo também confeciona com rosas maceradas em óleo, ao sol, e repostas num frasco. Neste momento, não temos disposição para explicar isto com palavras mais pomposas, como se demonstrará em seu lugar com quem quer que seja.

Do óleo de rosas ao açafão: uso culinário

Como nos dá conta a *Historia de las plantas en el mundo antiguo*, de Segura Munguía e Torres Ripa (2009, 232), a tradição literária aponta a introdução do cultivo das rosas, na Grécia Antiga, proveniente certamente do vale do Nilo e da Mesopotâmia, num tempo anterior aos Poemas Homéricos, pois Aulo Gélío, nas *Noites Áticas* (14.6.3) comenta que "... o mesmo poeta [Homero], que não conhecera a rosa, havia de conhecer o óleo de rosa" (... *idem poeta rosam non norit, oleum ex rosa norit*).

De três espécies de rosas – *rosa gallica* (rosa comum), *rosa sempervirens* (rosa mosqueta) e *rosa corymbifera* (rosa silvestre) – nos irá falar, mais tarde, Teofrasto (372–287 a.C.), na sua *História das Plantas*, a que se segue a menção de autores latinos como Columela (10.26 sqq.), Ovídio (*Os Fastos* 5.336 sqq.; *Arte de Amar* 3.178 sqq.), Plínio-o-Antigo (21.14, 16–21, 121), Marcial (9.60 e 12.31) e Claudiano. E entre nós, Portugueses, da divina rosa não se esqueceu Luís de Camões, embora em vernáculo, quando a ela aproximou o rosto de Vénus, choroso, cansada de, no Olimpo, tanto suplicar a Júpiter auxílio para os Portugueses, vítimas de traições em Mombaça, como se lê em no canto II d'*Os Lusíadas*, estrofe 41:

“Mas, *moura* enfim, nas mãos das brutas gentes,
Que pois eu fui... ” – E nisto, de mimosa,
O rosto banha em lágrimas ardentes,
Como *co* orvalho fica a fresca rosa.
Calada um pouco, como se entre os dentes
[Se] lhe impedira a fala piedosa
Torna a segui-la; e, indo por diante,
Lhe atalha o poderoso e grão Tonante.

Em Plínio-o-Antigo (23.102) encontra-se a notícia do uso de marmelos cozidos em mel, dados como alimento por alguns que os trituravam e lhe juntavam uma decocção de pétalas de rosas, o que contribuía também para apaziguar as doenças do estômago. A par disto, também se fala no vinho de rosas que se vendia no comércio, e cuja receita se pode encontrar em Dioscórides (5.27), em Plínio (14.106) e em Apício (1.4), um dos primeiros escritores da Antiguidade que se dedicou de forma sistemática à gastronomia da Roma Antiga, tendo escrito o tratado *De re coquinaria*, que entre nós já mereceu as honras de edição, numa cuidada tradução anotada, em 1997.

E assim, a caminho do fim, pois já vai longo este texto, uma nota para o uso culinário do açafão, embora não sejam despicientes as suas qualidades aromáticas no uso medicinal. Amato, num primeiro momento, descreve a planta, que ele diz ter sido supostamente esquecida por Dioscórides (1.26), e discorre acerca do melhor:

Omnibus notissimus est Crocus, quo condimenta coquinaria, passim ornantur, cuius descriptionem sic habeto, cum eam Dioscorides silentio praeterierit: crocus est herba folio gracili, angusto, parvo, pene in capillamenti modum dissoluta, cuius radix bulbosa nucleis intersecta: alliis simillima est, quae vergiliarum occasu flore caeruleo floret, in quo capilli illi crocus dictus hebetes licet postea odorati nascuntur is enim olim Cilicius nobilior habebatur, nunc vero apud Italos aquilanus palmam obtinet, qui ex Aquila Neapolim affertur, quanquam qui e Germania hodie adducitur, primas obtineat, ut Venetiis aliquando vidimus, in ea praecipue officina cui corallium pro symbolo est. In Hispania quoque plurimus et optimus nascitur: at qui a Graecia ubi uberrime crescit, advehitur, pessimus omnium iudicatur, optimus enim ut dicatur crocus, flavissimus sit oportet, tum odoratissimus et longo tempore in vigore suo persistens, ut ex Galeno libro de Antidotis desumitur.

O açafão é conhecido por toda a gente, e com ele se preparam, a cada passo, os condimentos da cozinha, cuja descrição será apresentada, uma vez que Dioscórides a terá passado em silêncio. O açafão é uma planta desunida, quase à maneira de uma cabeleira postiça, de folha fina, pontiaguda e pequena, de raiz bulbosa, dividida em amêndoas; é muito semelhante a outras (amêndoas), e floresce no ocaso das plêiadas, sendo uma flor de cor azul, na qual nascem esses filamentos embotados, ainda que depois exalem um perfume; este é o dito açafão, mas o da Cilícia era outrora considerado o mais célebre; agora, é o aquilano que recebe a palma junto dos Italianos, porque é proveniente de Áquila, Nápoles, embora, o que hoje é trazido da Germânia, obtenha as primeiras palmas, como vimos algumas vezes em Venécia, principalmente naquela botica que tem o coral por símbolo. Também na Hispânia nasce um muito abundante e muito bom; mas aquele que chega da Grécia, onde cresce muito abundantemente, é considerado o pior de todos, pois o melhor açafão, como é do conhecimento público, convém que seja muito amarelo e, além disso, muito aromático e persistente no seu vigor por longo tempo, como se pode colher a partir do livro de Galeno, *Acerca dos antídotos*.

Com a entrada número 25 do Livro I das *Enarrationes* do médico esca-labitano, eventualmente, este será o condimento mais apropriado para nos fazer esquecer estes tempos amargos, que se vivem no Velho Continente:

Est autem crocus medicina cordialis, quae merito tum intus, tum extra medicamentis cordi adaptatis, misceri debet, nam corroborat, et laetificat, et ea de causa, risum promovet, et ita promovet, ut fabulosum non sit aliquando hominem risu et cachinno, ob nimium croci esum mori. Vidimus enim nos apud Mitinam a Campo, totius Hispaniae celeberrimum emporium, mercatorem quendam, qui cum plures croci sarcinulas sive involucria emeret, ut in Lusitaniam portaret, multum ex illo in olla carnes iurulentas pro cena continente iniecit; qui post earum esum, in tam intensum ac vehementem risum prorupit, ut non multum abfuisset, quin risu et cachinno tunc e vita discederet.

Além disso o açafão é uma mezinha do coração que pelo seu mérito, seja no interior, seja no exterior, deve misturar-se com remédios adaptados ao coração, pois fortifica e alegria e, por essa razão, promove o riso e tanto o provoca que não é mentira que por vezes o homem morre de riso e das gargalhadas por comer uma grande quantidade de açafão. Com efeito, nós vimos em Mitina do Campo, o empório mais famoso de toda a Hispânia, e aí havia um certo mercador que, quando comprava numerosos pequenos saquinhos ou invólucros de açafão, para os transportar para a Lusitânia, lançou uma grande quantidade dele na panela que continha as carnes cozidas para a ceia; este, depois de comer dessas carnes, irrompeu num riso tão intenso e tão veemente que não passou muito tempo até que ele se afastasse da vida por causa do riso e da gargalhada.

PALAVRAS FINAIS

Se bem que sejam mais lembrados os *Colóquios* de Garcia de Orta, contudo, e ainda em vernáculo, não deve ser esquecido um nome português, pioneiro, o do boticário régio e botânico, Tomé Pires, enviado à Índia, em 1511, como feito das drogarias. Como resultado da sua primeira viagem à China, escreveu uma carta ao rei D. Manuel, datada de 21 de Janeiro de 1516, em que apresenta uma primeira notícia das drogas e plantas medicinais do Oriente.

É notório que esta incursão por textos do Renascimento nos coloca na pista de notícias autobiográficas do médico e humanista português da diáspora, bem como referências intratextuais que nos remetem para uma época em que, verdadeiramente, se pode dizer que fervilhavam as descobertas, nomeadamente no campo da botânica. Deste modo, assiste-se a um grande desenvolvimento da medicina na área terapêutica, a partir de processos naturalistas, como sejam o uso de plantas e de frutos. Em diálogo com a tradição literária, dando-lhe o seu cunho humanístico, com auxílio das edições aldinas: Teofrasto, Plínio, Dioscórides e Galeno.

Amato Lusitano (1511–1568), português, mas de filiação judaica, foi obrigado a emigrar por questões religiosas, como sabemos, ele como tantos outros ilustres intelectuais da época, alguns deles sofrendo o suplício da própria morte. E mesmo aqueles sem tal filiação, a tal seriam condenados, como Damião de Góis (1502–1574), depois de ter optado por regressar definitivamente à sua amada pátria, embora este caso ainda esteja envolto em muitas dúvidas.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Onésimo T. 1998. "Sobre a revolução da experiência no Portugal do século XVI: na pista do conceito de 'Experiência a Madre das Cousas'." In *Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, 1617–25. Oxford-Coimbra, (adaptado), disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e34.html> (último acesso: 2012.09.24).
- AMATO LUSITANO, INDEX DIOSCORIDIS. | En candide Lector. | HISTORIALES DI- | oscoridis campi, Exegemataque sim- | plicium, atque eorundem Collatio- nes | cum his quae in officinis habentur, ne | dum medicis et Myropolio- | rum Seplasiarijs, sed Bona- | rum literarum studio | sissimis perquam | necessarium | opus. | IOANNE RODERICO CASTE | li albi Lusitano autore. | EXCVDEBAT ANTVERPIAE VI- | dua Martini Caesaris. M.D.XXXVI.
- AMATO LUSITANO, IN DIOSCORIDIS | ANAZARBEI DE MEDICA | MATERIA LIBROS QVINQVE | ENARRATIONES ERVDITISSIMAE | DOCTORIS AMATI LVSITANI MEDICI | AC PHILOSOPHI CELEBERRIMI, | quibus non solum Officinarum Seplasia- | riis, sed bonarum etiam literarum stu- | diosis utilitas adfertur, quum pas- | sim simplicia Graece, Latine, | Italice, Hispanice, Germa- | nice, & Gallice pro- | ponantur. | *Cum Priuilegio Illustriss. Senatus Veneti ad decennium.* | VENETIIS. MD LIII. | [Venetijs apud Gualterum Scotum | M.D.LIII.]
- Andrade, António Manuel Lopes. 2007. "De Ferrara a Lisboa: tribulações do cristão-novo Alexandre Reinel, preso no cárcere do Santo Ofício." *Cadernos de Estudos Sefarditas* 7:88–131.
- Andrade, António Manuel Lopes. 2010. "Ciência, negócio e religião: Amato Lusitano em Antuérpia." In *Revisitar os Saberes: Referências Clássicas na Cultura Portuguesa do Renascimento*, coord. Inês de Ornelas e Castro & Vanda Anastácio. Lisboa, Centro de Estudos Clássicos – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Andrade, António Manuel Lopes. 2011a. "De Antuérpia a Ferrara: o caminho de Amato Lusitano e da sua Família." *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao séc. XXI – Cadernos de Cultura* 25:6–17.
- Andrade, António Manuel Lopes. 2011b. "A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e Duarte Gomes." *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10/11:87–130.
- Andrade, António Manuel Lopes. 2012. "Amato Lusitano em Ancona: a tragédia da família Pires." *Medicina na Beira Interior. Da Pré-História ao séc. XXI – Cadernos de Cultura* 26:20–7.
- Andrade, António Manuel Lopes. 2013. "Amato Lusitano, Diogo Pires e Pedro Santerna: os caminhos entrecruzados de um médico, de um poeta e de um jurista-consulto portugueses." In *Humanismo, Diáspora e Ciência (Séculos XVI e XVII): Estudos, Catálogo e Exposição*, 117–138. Porto: Universidade de Aveiro e Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- André, Carlos Ascenso. 1983. *Diogo Pires. Antologia Poética*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- André, Carlos Ascenso. 2013. "O humanismo português, a sua identidade e as suas contradições." In *Humanismo, Diáspora e Ciência (Séculos XVI e XVII): Estudos*,

- Catálogo e Exposição*, 17–40. Porto: Universidade de Aveiro e Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Castro, Inês de Ornelas e. 1997. *O livro de cozinha de Apício: um breviário do gosto imperial romano*. Introdução, tradução e comentário por Inês Castro. Sintra: Colares Ed.
- Clúisio, Carlos. 1964. *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*. Versão portuguesa do epítome latino dos Colóquios dos simples de Garcia de Orta (Edição Comemorativa do Quarto Centenário da Publicação dos *Colóquios dos Simples*). Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Cruz, Mário Rui Mendes da. 2011. “Fragmentos de vidro, fragmentos de memória: aproximação à actividade vidreira em *Bracara Augusta*.” In *CEM – Cultura, Espaço e Memória*, 83–94.
- Cruz, Mário Rui Mendes da. 2009. *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Vol. 1: *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular*. Tese de Doutoramento em Arqueologia. Universidade do Minho.
- Garcia de Orta. 1563. *Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgu[m]as frutas achadas nella onde se tratam algu[m]as cousas tocantes amediçina, pratica e outras cousas boas, pera saber / cõpostos pello Doutor garçia dorta : fisico del Rey nosso senhor, vistos pello muyto Reuerendo senhor, ho liçenciado Alexos diaz : falcam desenbargador da casa da supricaçã inquisidor nestas partes*. Impresso em Goa: por Ioannes de endem as x. dias de Abril 1563. annos.
- Gouveia, A. J. Andrade de. 1985. *Garcia d’Orta e Amato Lusitano na Ciência do seu Tempo*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa – Ministério da Educação. (Biblioteca Breve, vol. 102)
- Mira, M. Ferreira de. 1947. *História da Medicina Portuguesa*. Lisboa, Edição da Empresa nacional de Publicidade.
- Pardo-Tomás, Jose. 2013. *Ciência 360°. La materia medicinal: invenciones ibéricas en torno a la flora y la fauna exóticas*. Acesso em 2013.05.10. <http://www.gulbenkian.pt/section54artId4132langId1.html>
- Ramalho, Américo da Costa. 1985. *Latim Renascentista em Portugal. Antologia*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- Ramalho, Américo da Costa. 1988. “Didacus Pyrrhus Lusitanus: poeta e humanista.” In *Para a História do Humanismo em Portugal – I*, 121–137. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- Segura Munguía, Santiago; Javier Torres Ripa. 2009. *Historia de las Plantas en el mundo antiguo*. Bilbao: Universidad de Deusto; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Séneca, Lúcio Aneu. 2004. *Cartas a Lucílio*. Tradução, prefácio e notas de J. A. Segurado e Campos. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Valderas, José Maria. 2000. “La polémica en la investigación botánica del siglo XVI. Mattioli contra Lusitano.” *Collectanea Botanica* 25(2):255–304.
- Valderas, José Maria. 2003. “Mattioli contra Lusitano. II. Las ‘censuras’ y la interpretación de Dioscórides.” *Collectanea Botanica* 26:181–226.



